

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 6.295, DE 2009

Acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.

Autor: Deputado LELO COIMBRA

Relator: Deputado LAUREZ MOREIRA

I – RELATÓRIO

A proposição acima ementada, cujo autor é o eminente Deputado Lelo Coimbra, tem por objetivo incluir, entre as competências previstas no Código de Trânsito para os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, *“elaborar e encaminhar aos órgãos competentes os boletins de ocorrências relativos aos acidentes de trânsito”*.

Conforme a justificação do projeto, com a entrada em vigor da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB –, a ausência do boletim de ocorrência realizado no momento do acidente passou a afligir motoristas e seguradoras, além de abarrotar os Juizados Especiais, na medida em que deixou de existir documento da autoridade de trânsito, com gráficos e laudos, que definia o que realmente aconteceu.

Nos termos do inciso XX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes pronunciar-se quanto ao mérito da proposta. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, que tramita em regime de apreciação conclusiva pelas Comissões.

No prazo regimental, não foram recebidas emendas à proposição.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Na justificação do projeto sob análise, seu autor conclama pelo retorno do “*verdadeiro Boletim de Ocorrência de Trânsito, como outrora existiu*”, destacando ser esse documento o adequado para a atribuição de culpados em acidente de trânsito, notadamente para comprovação junto a seguradoras e juizados especiais.

Buscando remeter a competência pela elaboração e encaminhamento dos boletins de ocorrência aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, o autor pretende que tais boletins esclareçam à autoridade de trânsito, “com gráficos e laudos, o que de real aconteceu”.

Em que pese a elevada intenção do autor da proposta, creio que houve equívoco quanto ao conceito de boletim de ocorrência de trânsito, relatado na proposição com características de LAUDO PERICIAL.

Em verdade, o Código de Trânsito Brasileiro – CTB –, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, após amplos debates no Parlamento, passou a classificar e buscar providências diversas para os casos de acidentes com vítima e sem vítima.

Nos casos de acidentes com vítima, o art. 176 do CTB assim dispõe:

Art. 176. Deixar o condutor envolvido em acidente com vítima:
I - de prestar ou providenciar socorro à vítima, podendo fazê-lo;
II - de adotar providências, podendo fazê-lo, no sentido de evitar perigo para o trânsito no local;
III - de preservar o local, de forma a facilitar os trabalhos da polícia e da perícia;
IV - de adotar providências para remover o veículo do local, quando determinadas por policial ou agente da autoridade de trânsito;

Vejamos que, nesses casos, com exceção da prioridade em prestar socorro à vítima, o condutor deve preservar ao máximo o local do acidente de forma a facilitar os trabalhos da polícia e da perícia.

Já nos acidentes sem vítima, o CTB dispõe de forma diversa, nos termos do art. 178:

Art. 178. Deixar o condutor, envolvido em acidente sem vítima, de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito:

Infração - média;

Penalidade - multa.

Como se pode notar, a prioridade nesse tipo de acidente está em adotar providências para remover o veículo do local, sempre com o objetivo maior de se assegurar a segurança e fluidez do trânsito. Essa medida teve por objetivo reduzir os enormes congestionamentos de trânsito causados, não raro, por pequenas colisões sem maior gravidade, visto que os condutores envolvidos recusavam-se a retirar seus veículos antes da chegada da perícia, o que, frequentemente, nem chegava a acontecer, em razão do baixo efetivo de peritos de trânsito disponível.

Nesse sentido, entendemos adequada a atual forma de elaboração do boletim de ocorrência de trânsito para acidentes sem vítima, que é o deslocamento dos envolvidos até a delegacia mais próxima, ou mesmo por ato declaratório realizado pela Internet, como já ocorre em algumas Unidades da Federação.

Lembramos, por fim, que mesmo quando realizado no local do acidente, um simples boletim de ocorrência pode não ser, e geralmente não é, suficiente para se atribuir culpabilidade, visto que diversos fatores podem alterar a dinâmica de um acidente automobilístico.

Diante do exposto, em que pese a intenção do autor da proposta, nos aspectos em que cabe análise desta Comissão, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 6.295, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado LAUREZ MOREIRA
Relator